

**ALEXANDRE EM QUINTO CÚRCIO E
O PRINCIPADO ROMANO:
UM ESTUDO DE ALLELOPOIESIS***

Fábio Faversoni^{**}

Fábio Duarte Joly^{***}

Resumo: *Quinto Cúrcio escreveu História de Alexandre Magno da Macedônia, possivelmente no século I d.C. O propósito do artigo é estudar principalmente a relação entre a construção da imagem de Alexandre e o contexto particular de produção da obra, o Principado romano, com suas tensões entre aristocratas e imperadores. Para tanto, desenvolvemos a noção de allelopoiesis, que enfatiza uma construção mútua entre passado e presente.*

Palavras-chave: *Quinto Cúrcio; Alexandre; Principado; allelopoiesis.*

**ALEXANDER IN QUINTUS CURTIUS AND
THE ROMAN PRINCIPATE:
A STUDY ON ALLELOPOIESIS**

Abstract: *Quintus Curtius wrote History of Alexander the Great of Macedonia, possibly in the 1st century AD. The purpose of the article is to study mainly the relationship between the construction of Alexander's image and the particular context of production of the work, the Roman Principate with its tensions between aristocrats and emperors. Therefore, we build*

* Recebido em: 15/07/2020 e aceito em: 26/09/2020.

** Professor titular de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto. Fez Pós-doutorado na Universidade de Oxford e na Universidade de St. Andrews. Trabalho realizado no âmbito do projeto "Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)" (PTDC/LLT-OUT/28431/2017). E-mail: faversoni@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3464-1020>.

*** Professor associado de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto. Fez Pós-doutorado na Universidade de São Paulo. Trabalho realizado no âmbito do projeto "Liberdade, Escravidão e Cidadania de Augusto a Nero", com o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade 2, processo 302301/2018-6). E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6549-3094>.

up the notion of allelopoiesis, emphasising a mutual construction between past and present.

Key words: *Quintus Curtius; Alexander; Principate; allelopoiesis.*

“Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.”

Ditado Iorubá

Introdução

Não se sabe quando a *História de Alexandre Magno* foi escrita. Talvez no final do governo de Calígula ou no início do governo de Cláudio ou, ainda mais tarde, sob Vespasiano. A data de produção da obra, incerta, teria se dado em torno dos meados do século I d.C. A nosso ver, o mais provável é que a obra seja do tempo de Cláudio.¹

História de Alexandre Magno era composta originalmente por dez livros. Mas perderam-se justamente os dois iniciais, nos quais os propósitos do autor e a contextualização da obra deveriam ter sido apresentados de forma clara. Além de não termos esse início da obra, faltam-nos também o final do livro V, o início do livro VI e uma parte central do livro X. Assim, jamais saberemos ao certo por que Quinto Cúrcio decidiu escrever uma história de Alexandre Magno e a quem dirigiu a obra. Tampouco temos informações seguras sobre o próprio Cúrcio, como se, porventura, teria exercido atividades políticas ou militares (BAYNHAM, 2009, p. 293).

Essa obra tem o título de uma história, mas se afasta tanto do gênero analítico (relativo à forma da história em Anais, em que a narrativa se organiza em uma divisão pelos anos, como a célebre obra de Tácito com esse título), quanto das histórias mundiais, como a de Diodoro, ou de guerras, como a de Tucídides. Não se trata também de uma biografia. Quanto ao interesse do autor, igualmente nada se pode dizer de seguro. Pode-se opinar que se trata de uma crítica à orientalização e ao luxo, uma reação de um literato escrevendo sob Cláudio e tendo Calígula como alvo (uma vez que, como nos ensina Suetônio, por exemplo, Calígula pretendeu se aproximar de Alexandre) (SUETÔNIO. *Gaius*, 52), ou de alguém do tempo de Vespasiano, atacando Nero. Ou seja, é uma obra que serviria para saudar uma nova era. Mas consiste também em um elogio ao Império e a uma centralização maior do poder no contexto do Principado romano, de modo

que a romanização da história de Alexandre, para retomar uma expressão de Werner Rutz (1986, p. 2355), é fator importante para a compreensão das ideias políticas presentes no texto de Cúrcio.

O objetivo deste artigo é apontar algumas reflexões nesse sentido, amparando-nos na noção de *allelopoiesis*, que enfatiza uma construção mútua entre passado e presente, assim permitindo aprofundar um ponto já bem notado pela crítica moderna: o de que não há uma representação estável e internamente consistente de Alexandre nas fontes antigas.²

Quinto Cúrcio e o Principado

Como naturalmente sai do escopo do presente artigo um tratamento abrangente da imagem de Alexandre na Antiguidade e do lugar da obra de Quinto Cúrcio nessa extensa tradição literária,³ nosso olhar recairá naqueles processos narrativos conduzidos por Cúrcio que fazem de Alexandre muito mais um homem do século I d.C., um contemporâneo do nosso autor, do que de sua própria época, no século IV a.C. Mais do que uma apropriação do século IV a.C. pelo século I d.C., mais complexo do que aquilo que se diz ser usualmente um uso do passado,⁴ um procedimento analítico que pode se mostrar mais profícuo é aquele conceituado como *allelopoiesis* nos trabalhos realizados por um Sonderforschungsbereich financiado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft, sob o título SFB 644 “Transformationen der Antike”, com sede principal na Humboldt-Universität zu Berlin e atuante entre os anos de 2005 e 2016.⁵ O foco desse projeto e dos estudos a ele associados era “o papel constitutivo da Antiguidade no desenvolvimento do sistema científico e na autoconstrução cultural das sociedades europeias”⁶ modernas. Nossa perspectiva de estudo se afasta do uso dado à *allelopoiesis* por esse grupo, que tomamos como base inicial, como esperamos deixar claro ao longo do desenvolvimento deste texto.

Uma definição desse procedimento, no seio das discussões sobre os processos de formação, transmissão e recepção que transformam as tradições literárias, é fornecida por estudiosos do tema, para quem:

[a] estreita conexão entre modificação e construção é uma característica essencial dos processos de transformação, que podem ocorrer tanto diacrônica quanto sincronicamente. Tais processos, portanto, levam a algo “novo” em dois sentidos, ou seja, a novas

configurações mutuamente dependentes, tanto na cultura de referência quanto naquela de recepção. Essa relação de interdependência, de reciprocidade, será denotada [...] pelo termo allelopoiesis, um neologismo formado a partir das raízes gregas allelon (mútuo, recíproco) e poiesis (criação, geração). (BERGEMANN et alii, 2019, p. 9)⁷

Por essa ótica, ao falar do passado, Quinto Cúrcio de alguma maneira fala de seu próprio tempo e, inversamente, ao pensar sobre seu tempo, projeta problemas e perguntas que emolduram, redefinem o que teria sido o passado, no caso, o tempo de Alexandre. Nesse ponto, aproximamo-nos da formulação inicial do conceito de *allelopoiesis*. Não podemos dizer se este era o objetivo central da obra, mas Quinto Cúrcio deixa claro que vê paralelos fortes entre o momento que estuda em sua obra, o século IV a.C., e o momento em que escreve, possivelmente o século I d.C. Marilena Vizentin já apontara essa possibilidade de leitura de Quinto Cúrcio, ao pensar paralelos dessa obra com o tratado *Sobre a Clemência*, de Sêneca, no sentido de que o relato curciano permitiria uma análise “da própria governabilidade do império romano, pois Alexandre se apresenta, na obra de Cúrcio, como tópica de discussão não do rei macedônio que era, e sim, do príncipe romano ideal que se desejava forjar” (VIZENTIN, 2009, p. 162).

Uma passagem chave para pensar as conexões entre o presente romano e o passado macedônico é aquela em que Quinto Cúrcio (10.9.1-3; 6) tece um elogio à condição imperial:

Mas tudo já levava o povo macedônico à guerra civil, pois muitos queriam o poder régio, que é indivisível. Então, começou um violento choque de forças, que depois se dispersaram e, ao se ter o corpo do Estado desconjuntado com mais cabeças do que podia suportar, os demais membros começaram a fraquejar e o império, que pode se manter em pé sob o mando de apenas um, veio abaixo ao serem vários os que queriam sustentá-lo. Por isto, com todo direito e merecimento o povo romano reconhece que deve sua salvação a seu príncipe, o qual, como um novo astro, iluminou a noite que parecia que seria a última. [...] Se os deuses não se opõem, o reino atual prosseguirá a descendência desta mesma casa, se não para sempre ao menos durante muito tempo.

O elogio à centralização do poder condensado na fórmula “insociabile est regnum” encontra ecos em vários autores, como Lucano e Estácio, mas destacamos seu uso por Tácito quando, ao descrever o assassinato de Britânico por Nero, justifica o fratricídio por “antiquas fratrum discordias et insociabile regnum aestimantes” (*Ann.* 13.17.1-2). O eco do rei-solar também pode ser encontrado em muitas partes, mas destacaríamos o uso dessa imagem por Sêneca para descrever Nero como sucessor de Cláudio no *Sobre a clemência* (8.4).⁸ Assim, Quinto Cúrcio usa Alexandre, de algum modo, para reforçar uma constatação que se construiu ao longo de reinado após reinado no principado Júlio-Cláudio: o poder centralizado era desejável não por si mesmo, mas porque as alternativas a ele eram a guerra civil e a dissolução do Império.

Na passagem que citamos anteriormente, Quinto Cúrcio afirma que o governo não poderia ter muitas cabeças, pois sucumbiria sob o peso da poliarquia, apresentada como uma deformidade. Nesse passo, evidencia a qualidade do Principado não por seus méritos, mas pelo desastre que seria escapar a ele. Nessa perspectiva, o foco do elogio de Quinto Cúrcio não está na chefia militar que pode instituir o Império, mas em um governo civil, que deve mantê-lo. A ideia do rei-solar, tanto para Quinto Cúrcio quanto para Sêneca, não está ligada a um rei que institui a paz pela força das armas, como um Alexandre, um Júlio César ou um Augusto, mas por evitar que elas cheguem a ser usadas. Isso aponta para um problema importante na obra de Quinto Cúrcio na medida em que ele indica que o maior fracasso de Alexandre foi a sua incapacidade de constituir uma casa que lhe sucedesse. E, ao falar de Alexandre, está tratando muito diretamente sobre o que se passava no Principado. O problema que nosso autor parece investigar é, mais do que como se constituiu um Império, como este pode ser duradouro. Em outras palavras, importa-lhe talvez não tanto as conquistas de Alexandre, mas a sua perda.

O aspecto da casa governante aparece de forma bem clara no problema da sucessão de Estratão, rei de Sídon. A cidade se submeteu a Alexandre por vontade de seus cidadãos e não por desejo de seu rei, que era fiel ao rei persa e que daria combate a Alexandre se tivesse apoio para isso. Sabedor disso, Alexandre ordena que seu general Heféstion substitua o rei. O general tinha por hóspedes dois jovens importantes na cidade e pergunta a eles qual gostaria de ser rei. Eles explicam ao comandante de Alexandre que, segundo o costume local, só poderia ser rei quem fosse membro da família real. Hefés-

tion elogia os jovens por recusarem o trono que outros buscavam conquistar pela força e pela espada e diz: “Parabéns para vocês que foram logo se dando conta que é mais importante recusar o trono do que aceitá-lo” (4.1.18).

Esse é um problema típico do Principado, na verdade. A falta de moderação de certos aristocratas que pretendiam o poder imperial sempre levava a conspirações, e essas conspirações invariavelmente levavam a muitas mortes, quer aquelas promovidas pelo poder estabelecido para se manter quando a conspiração fracassava, quer aquelas para retirar do poder o governante e alguns dos que lhe eram próximos quando eram bem-sucedidas. Aqui, temos claramente exposto o tema da moderação, que é um problema do Principado projetado no passado que se estuda.

Outro fator muito importante na narrativa de Quinto Cúrcio é a transformação de Alexandre. O rei vai se modificando pouco a pouco e, no geral, para pior. Esse ponto, uma vez mais, nos traz um Alexandre do Principado. À época em que o autor elaborou o texto, já havia se passado por um governo de Tibério, que a princípio foi bem, mas depois caiu nas mãos de Sejano e se assistiu ao príncipe deixar Roma e se retirar para Capri em 27, com a aristocracia sofrendo com sucessivas ondas de perseguição no interior da própria aristocracia. Primeiro, com Sejano, procurando ascender, e, depois, com Tibério, perseguindo os que apoiaram Sejano. O assassinato de Tibério traz a ascensão de Calígula, jovem promissor que busca instituir uma nova era. Mas rapidamente Calígula sofre enorme desgaste com a aristocracia, o que vai gerar uma perseguição sangrenta que acaba com o seu próprio assassinato. Um novo momento de restauração vem com Cláudio – e cremos que este que é saudado por Quinto Cúrcio na passagem que citamos anteriormente, ou seja, que ele seria o astro que acaba com a escuridão. Mas se a obra não é da época de Cláudio, e sim de Vespasiano, nosso autor teria sido testemunha das mudanças no governo de Cláudio até a crise da separação de Messalina e, depois, a longa crise com Agripina e a construção da ascensão de Nero, mais um governo de restauração tendo um jovem à frente e que se transformará até acabar no desastre da guerra civil. Assim, claramente, a transformação de um bom governante em mau governante é tema central para a aristocracia Júlio-Cláudia. Afinal, esse fenômeno não se tratava mais de uma eventualidade, e sim de uma constante.⁹

Essa transformação nunca se faz por completo e Quinto Cúrcio sinaliza isso de forma muito interessante, através da imagem do uso de dois anéis

por Alexandre. Diz ele: “As cartas que enviava à Europa as selava com a gema de seu anel habitual; as que enviava à Ásia, com o anel de Dario, deixando bem claro que um só espírito não pode seguir dois destinos” (6.6.6). Não há como resistir à imagem de que os imperadores Júlio-Cláudios assumiram o governo com o anel de Alexandre, e acabaram morrendo invariavelmente com o anel de Dario em seus dedos.

Quinto Cúrcio e a aristocracia

Mas o aspecto dinâmico que nos parece mais importante nessa transformação de Alexandre, e, igualmente, em um sólido paralelo construído por Quinto Cúrcio entre o tempo estudado e o tempo vivido, é o papel da adulação promovida pelos que cercam o rei, para que ele se transforme em algo pior do que inicialmente. Esse fenômeno é apresentado por Quinto Cúrcio de forma marcante no livro IV, quando Alexandre chega ao Egito e o sacerdote o toma por filho de Júpiter. Uma aristocracia sólida, na visão que nos apresenta Quinto Cúrcio, não permitiria que essa transformação ganhasse corpo. Mas como o autor apresenta a aristocracia que cercava Alexandre? Vejamos: “Os macedônios, acostumados a um regime monárquico, mas sob uma sombra de liberdade maior do que os demais povos viraram as costas para quem aspirava à imortalidade com mais obstinação do que convinha aos seus próprios interesses e do próprio rei” (4.7.31-32). Da mesma forma, Tácito, nos *Anais* (1.11), retrata Tibério exortando os senadores a não submeterem todas as coisas a um único indivíduo, no caso o imperador, pois o ideal seria um compartilhamento das responsabilidades do Estado. O historiador indica, assim, que o comportamento oposto prevalecia, com os aristocratas, no fundo, colaborando ativamente para a centralização do poder, a fim de que pudessem ter seus interesses pessoais atendidos. A liberdade não existe sob Alexandre, como já não existia sob o Principado. O que havia eram sombras de liberdade maiores ou menores. Quanto menor a sombra da liberdade, mais próximos os comportamentos do servilismo, da adulação e, portanto, da própria ruína de um poder soberano verdadeiro. Regime monárquico sob uma sombra de liberdade poderia ser uma descrição acabada do Principado, como sabemos.¹⁰

Uma boa elite e um bom rei geram interação positiva, e o contrário também vale: um mau rei, sustentado por uma aristocracia sem valor, tende a fazer esse rei cada vez pior, com essa aristocracia cada vez mais perdida. Exemplar disso é o tratamento que recebe Filotas, da parte de Alexandre, por

não se adequar ao governo de um filho de deus. A fórmula usada por Filotas para saudar a notícia dada por Alexandre é eloquente. Diz ele que felicitava Alexandre por ter sido acolhido na lista dos deuses, mas que se compadecia das pessoas que seriam submetidas a uma pessoa que sobrepassava a condição humana (6.9.18). Dizer a verdade pode desagradar o rei. Desagradar o rei pode levar à morte. Esse temor da morte faz com que os reinos decaiam. No relato de Quinto Cúrcio, esse momento crítico se apresenta após o assassinato de Clito por Alexandre. Ele diz: “O que mais o comovia era o fato de ver atônitos a todos seus amigos. Doravante, ninguém ousaria manter uma conversa com ele. Teria que viver em solidão, como fera selvagem: aterroizando os outros, os outros temendo” (8.2.7). Tem-se aqui uma provável alusão à conduta de Calígula, que depois será retomada nas representações de Domiciano como tirano recluso e cruel.¹¹ Mais uma vez, Quinto Cúrcio, ao investigar Alexandre, mostra a natureza do Principado, mas, inversamente, só se mostra atento a certos aspectos de Alexandre porque vivia sob o Principado. Nesse processo de *allelopoiesis*, transformava simultaneamente a forma como via o Principado e o período de Alexandre.

Isso nos leva a perceber que Quinto Cúrcio se concentrava no diagnóstico de que a sucessão de reis que se transformam em maus governantes, ainda que comecem como portadores da restauração da paz, não se pode atribuir a seus defeitos apenas. O que explica a transformação de reis tão distintos como Tibério, Calígula, Cláudio e Nero em péssimos governantes é a existência de uma má elite, dada à adulação e muito pronta a viver sob uma sombra cada vez mais estreita de liberdade. A tensão vivida pela elite macedônica ao longo do processo de transformação de Alexandre é uma característica muito interessante da obra de Quinto Cúrcio. Ele valoriza e elogia a resistência, parece admirar que ela se dê, em geral, de forma silenciosa, quase constrangida. Uma forma usada para transformar os aristocratas é dar-lhes presentes, favores. Assim, diz: “penso que o valor da escravidão não encontra agradecimento nos espíritos livres” (6.6.11). O problema é que predomina não a liberdade, mas a sombra da liberdade. Nessa penumbra, o que mais se vê são aristocratas buscando o salário da escravidão, avidamente. Mas há um limite para a escravidão. A liberdade não é possível, mas, por outro lado, a escravidão mais estrita leva à revolta dos aristocratas. Isso se apresenta bem na justificativa de Hermolau para o fato de ter conspirado: “planejamos te assassinar porque já não nos governa como a livres, mas nos domina como se fôssemos escravos” (8.7.1).

Nossa avaliação é que essa crítica à aristocracia e aos maus governantes é muito destacada nas fontes do Principado. A presença de maus aristocratas na narrativa do colapso dos diferentes Principados é muito forte. Porém, tem sido ignorada por sucessivas elites modernas, que têm preferido ver as aristocracias do passado como pobres vítimas de tiranias, quando, na verdade, produziram e se beneficiaram dos maus governos. Os tiranos não governaram sozinhos. Aqueles que com eles governaram foram astuciosos para descomprometer-se com os erros, jogar toda a culpa no tirano e numa ou noutra vítima das disputas aristocráticas, e embarcar no governo seguinte, repetindo o ciclo. Estudar esse fenômeno dos maus aristocratas com o mesmo empenho que foram analisados os maus imperadores ao longo das últimas gerações nos levará a aprender muito sobre o funcionamento do Principado.

Conclusão

Concluindo, cremos ser possível afirmar que Quinto Cúrcio, ao pensar sobre o período de Alexandre a partir do Principado, pôde ver de uma forma diferente tanto a época do grande rei macedônico quanto o seu próprio tempo. Por *allelopoiesis*, o seu presente transformou o passado, permitindo-lhe lançar novas questões sobre o tempo antecedente, mas também transformando o seu presente, ao vê-lo como referência nesse passado. *Allelopoiesis* se apresenta, assim, como uma alternativa para se pensar o passado como um legado e, ao mesmo tempo, para se tomar esse passado como matéria de uso pelo presente, que o modifica. Passado e presente se constroem mutuamente. Quinto Cúrcio, ao estudar Alexandre, alterou a forma como esse passado poderia ser visto, ao mesmo tempo que modificava o modo como via seu presente. O mesmo segue ocorrendo até hoje.¹² Cada vez que pensamos ou tratamos do Império de Alexandre, nós o modificamos. Mudamos não só a forma como o vemos, mas também como achamos que os outros deveriam tê-lo visto e, assim, modificamos o que ele é para nós (desejando que isso mude o que ele é para os outros, ou que, pelo menos, transforme o modo como as pessoas se propõem a vê-lo).¹³ Assim, pela *allelopoiesis* – que cremos agir inclusive hoje, como historiadores –, não modificamos ou deixamos simplesmente de dar importância às fontes, nem a esta ou àquela tradição interpretativa. Quando alçamos certos aspectos das fontes e das tradições interpretativas à condição de maior ou menor importância, transformamos a forma de ver e, assim, já não enxergamos o mesmo que víamos no início do estudo.

Nesse sentido, é importante ressaltar a contribuição fundamental que recebemos de Norberto Guarinello em relação a esse problema, ao destacar que a relação entre passado e presente não se dá de forma direta, mas através da mobilização de tradições interpretativas e “formas”,¹⁴ sem as quais essa construção recíproca não pode ser operada ou compreendida por um público erudito ao qual se dedica primariamente. Nesse ponto, afastamos-nos da abordagem proposta pelo grupo de pesquisa alemão que mencionamos ao introduzir o conceito de *allelopoiesis*. O foco desses colegas é perceber a construção mútua entre quadros culturais amplos, qualificados como “culturas iniciais” e “culturas alvo posteriores”.¹⁵ Em nosso caso, damos mais ênfase aos conflitos existentes no interior de cada uma das muitas culturas envolvidas nessa construção recíproca e não as colocamos em relação direta, pois são mediadas por uma tradição que é decisiva. Essa tradição não é unilinear nem unívoca, mas sim um repertório a partir do qual os autores e seus ouvintes operam seleções, acréscimos e supressões, ou, para usar a terminologia dos romanos antigos, *inuentio* e *dispositio*. Desse modo, levamos em conta os recursos retóricos operados na construção de nossas fontes e avaliamos ser fundamental o desenvolvimento das noções de retrato, exemplaridade, tradição, repertório, a par do conceito de *allelopoiesis*, valorizando não apenas os pontos iniciais e finais dessa construção, mas também a tradição que os liga e as disputas que os envolvem.

Retomando o caso de nosso estudo, podemos concluir que o Alexandre de Quinto Cúrcio não é simplesmente o Alexandre do século IV a.C. nem o Alexandre do século I d.C., mas uma contribuição para que toda a tradição de leitura de Alexandre que chega até o autor, passando por contextos diversos como aqueles das Guerras Púnicas e das Guerras Civis, e retornando até o século IV a.C., dê sentido tanto ao século I d.C. quanto ao IV a.C. Por esse processo de *allelopoiesis*, Quinto Cúrcio dá novos sentido e interpretação a ambos os séculos e a toda a tradição que ele e seus ouvintes possam mobilizar entre um ponto e outro. E caso alguém passe a dar atenção a isso, não mais estará enxergando a mesma coisa que antes, e sim, por *allelopoiesis*, criando algo novo que não modifica as fontes ou as tradições interpretativas, mas as torna mais ricas e mais complexas aos nossos olhos e aos de nossos interlocutores.

Ou seja, o que fez Quinto Cúrcio, e o que me parece que nós, os historiadores, fazemos hoje, é isto: *allelopoiesis*.¹⁶ Não somos dominados por um passado que nos impõe destinos inescapáveis e nem controlamos nosso passado para reinventá-lo como bem quisermos. Construímos esse passado que nos constrói.

Documentação escrita

QUINTE-CURCE. *Histoires*. Trad. H. Bardon. Paris: Les Belles Lettres, 1961. 2 vols.

SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Trad. Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

TACITE. *Annales*. Trad. Henri Goelzer. Paris: Les Belles Lettres, 1953. 3 vols.

Referências bibliográficas

ATKINSON, J. E.; YARDLEY, J. C. *Curtius Rufus*. Histories of Alexander the Great, Book 10. Oxford/New York: Oxford University Press, 2009.

BAYNHAM, E. Barbarians I: Quintus Curtius' and other Roman historians' reception of Alexander. In: FELDHERR, A. (ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 288-300.

BERGEMANN, L.; DÖNIKE, M.; SCHIRRMEISTER, A.; TOEPFER, G.; WALTER, M.; WEITBRECHT, J. Transformation: A Concept for the Study of Cultural Change. In: BAKER, P.; HELMRATH, J.; KALLENBACH, C. (eds.). *Beyond Reception: Renaissance humanism and the transformation of Classical Antiquity*. Berlin/New York: De Gruyter, 2019, p. 9-26.

BIAZOTTO, T. do A. Quintus Curtius Dubius: debates historiográficos em torno da *História de Alexandre*. *Revista Expedições*, Morrinhos/GO, v. 9, n. 1, p. 122-139, jan./abr. 2018.

BRIDGES, V. *Medieval narratives of Alexander the Great*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2018.

CAMPOS, R. C. *Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado*. São Leopoldo: Oikos, 2019.

DAHMEN, K. *The legend of Alexander the Great on Greek and Roman coins*. London/New York: Routledge, 2007.

DIAS, M. Q. *Imperador ou tirano: comunicação e formas sociopolíticas sob(re) o Principado de Domiciano (81-96)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

FAVERSANI, F. Tirano, louco e incendiário: BolsoNero. Análise da constituição da assimilação entre o presidente da República do Brasil e o imperador

romano como *allelopoiesis*. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Rio de Janeiro/Ouro Preto/Porto Alegre, v. 13, n. 33, p. 375-395, 2020.

FEARS, J. R. The solar monarchy of Nero and the imperial panegyric of Q. Curtius Rufus. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, v. 25, n. 4, p. 494-496, 1976.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HAUSTEINER, E. M.; HUHNSHOLZ, S.; WALTER, M. Imperial interpretations: The *imperium romanum* as a category of political reflexion. *Mediterraneo Antico*, Napoli, v. 12, fasc. 1-2, p. 11-15, 2010.

JOLY, F. D. *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004.

JOLY, F. D.; FAVERSANI, F. Os Júlio-Cláudios. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (eds.). *História de Roma Antiga: Império e romanidade hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 79-96. v. II.

MARTINS, P. *Imagem e poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

MILLAR, F. “Senatorial” provinces: An institutionalized ghost. In: MILLAR, F. (ed.). *Rome, the Greek world, and the East: The Roman Republic and the Augustan Revolution*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002, p. 314-320. v. 1.

OSGOOD, J. *Claudius Caesar. Image and Power in the Early Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ROWE, G. Reconsidering the *auctoritas* of Augustus. *Journal of Roman Studies*, Cambridge, v. 103, p. 1-15, nov. 2013.

RUTZ, W. Zur Erzählkunst des Q. Curtius Rufus. In: *ANRW*, Teil II, Band 32.4. Berlin: De Gruyter, 1986, p. 2329-57.

SILVA, G. J. da; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, Salvador, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.

SPENCER, D. *The Roman Alexander: reading a cultural myth*. Exeter: University of Exeter Press, 2002.

VIZENTIN, M. Espelhos contrapostos: Alexandre e o modelo de imperador romano. *Métis (UCS)*, Caxias do Sul, v. 8, p. 157-66, 2009.

WINTERLING, A. *Calígula: a biography*. Berkeley: University of California Press, 2011.

Notas

¹ Sobre essa questão da datação, e os problemas envolvidos, ver Atkinson (2009, p. 2-9), que pende para o tempo de Cláudio. Para um amplo balanço sobre os temas relativos à autoria, datação e fortuna crítica, cf. Biazotto (2018).

² A esse respeito, ver, em especial, Spencer (2002).

³ Uma apresentação inicial do tema da imagem de Alexandre na Antiguidade é Bridges (2018, p. 23-64). A questão se complexifica ainda mais se formos considerar a igualmente rica tradição numismática da imagem de Alexandre (DAHMEN, 2007).

⁴ Sobre a perspectiva da recepção e usos do passado na historiografia brasileira sobre a Antiguidade, consultar Silva, Funari e Garraffoni (2020).

⁵ Para mais informações sobre esse grupo, ver <https://www.geschichte.hu-berlin.de/en/forschung-und-projekte-en-old/foundmed/dokumente/forschung-und-projekte/sfb-644> (Site da Universidade principal do projeto) e <https://gepris.dfg.de/gepris/projekt/5486176?context=projekt&task=showDetail&id=5486176&> (Site da DFG). Acesso em ambos: 08 dez. 2020. Infelizmente, o site do projeto não está mais ativo.

⁶ Cf. <https://www.geschichte.hu-berlin.de/en/forschung-und-projekte-en-old/foundmed/dokumente/forschung-und-projekte/sfb-644> - Acesso em: 08 dez. 2020.

⁷ Ver também Hausteiner, Huhnholz e Walter (2010, p. 15).

⁸ Trata-se de um *topos* frequente nos panegíricos imperiais, de modo que não se pode argumentar, a partir da passagem de Cúrcio, uma provável alusão a Nero, como lembra Fears (1976).

⁹ Sobre Tibério e o papel de Sejano, Campos (2019). Para Calígula, consultar Winterling (2011), e sobre Cláudio, Osgood (2011). Para uma visão sintética da evolução desses governos durante a dinastia Júlio-Cláudia, ver Joly e Favarsani (2020).

¹⁰ Sobre a associação entre adulação e servilismo no tocante à relação entre imperador e aristocratas, ver Joly (2004).

¹¹ Sobre o retrato negativo de Domiciano, conjugando reclusão e perversidade, ver Dias (2019, p. 208-218).

¹² Para um exemplo de estudo utilizando o conceito de *allelopoiesis* e refletindo sobre a mobilização de uma tradição que chega até os dias atuais, ver Faversani (2020).

¹³ Um exemplo interessante disso é o artigo de Greg Rowe (2013) sobre a *auctoritas* de Augusto a partir de uma releitura de Dião Cássio. Se forem considerados os argumentos ali contidos como válidos, a interpretação hoje dominante – que é bem expressa por Paulo Martins (2011) e Rafael da Costa Campos (2019), ambos com argumentos bem construídos e erudita fundamentação na documentação –, no sentido de que a *auctoritas* acaba expressando uma verdadeira doutrina do Principado, precisará ser reavaliada. Isso poderá resultar em uma revisão mais completa e profunda na forma como vemos o Principado, pois teremos uma inflexão na *allelopoiesis*. Mas pode ocorrer que não. Ou bem a inflexão é rejeitada ou bem é simplesmente ignorada, como no caso notório da proposição de Fergus Millar (2002) de que deveríamos tratar as tais “províncias senatoriais” como “províncias públicas”. Trata-se de um caso curioso: não há quem discorde de Millar, mas não há quem adote também sua proposição. Por comodidade, a fórmula que todos sabem menos adequada segue sendo usada, por ser tradicional e cômoda. Trata-se de acomodação muito mais comum do que, em geral, gostam de admitir alguns historiadores, como bem expressa o uso conspícuo de aspas por eles, como, aliás, geralmente ocorre quando se usa o termo “romanização”.

¹⁴ Além de Guarinello (2003), os capítulos introdutórios do livro *História Antiga* são centrais para essa reflexão que apresentamos aqui (GUARINELLO, 2013).

¹⁵ Nos termos dos propositores iniciais do conceito de *allelopoiesis*: “die Ausgangskulturen wie die jeweiligen späteren Zielkulturen”. Cf. <https://www.geschichte.hu-berlin.de/en/forschung-und-projekte-en-old/foundmed/dokumente/forschung-und-projekte/sfb-644> - Acesso em: 08 dez. 2020.

¹⁶ E, nesse ponto, não será demais destacar que a comunidade acadêmica brasileira ainda se mostra muito tímida nesse sentido. Para a nossa área de estudos clássicos, por exemplo, é sinal eloquente disso o seguimento (com certo retardo, diga-se) das tendências produzidas alhures. Um exemplo claro nos dias atuais é a adesão muito genérica e pouca crítica aos cânones do pós-colonialismo, como foi, tempos atrás, a aceitação de pressupostos foucaultianos, e assim por diante.